

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,  
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2015:** \_\_\_\_\_

---Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteadó Neiva,  
Anabela Solinho Martins,  
Alberto de Barros Paquete, em substituição de Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,  
Artur Jorge da Silva Viana,  
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe  
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,  
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,  
António de Sousa Cepa,  
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,  
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,  
Helena Maria Carvalho de Abreu,  
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,  
Alberto Francisco Amaro Ferreira,  
António Vendeiro Catarino,  
Vitor Manuel Queirós Quintão,  
João Eduardo Pinto Felgueiras,  
Maria Goreti Cardoso Lima,  
Paulo Fernando Alves Marques,  
António Viana da Cruz,  
Manuel António Lima Torres Ribeiro,  
Eduardo Oliveira Maia,  
Manuel Alberto Moreira Melo, em substituição de Luís António Sequeira Peixoto  
Manuel Eiras Martins de Abreu,  
Aurélio Mariz Neiva,  
Carlos Veiga Escrivães,  
Jorge Manuel Neto Filipe e  
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo vinte e uma horas e vinte minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:  
António Maranhão Peixoto,

Sr. João Maria de Sousa Nunes da Silva,  
Jaquelina Casado Afonso Areias,  
Rui Manuel Martins Pereira,  
Maria Raquel Moraes Gomes do Vale e  
Berta Filipa Gonçalves Viana.



-- Não compareceu inicialmente a senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Berta Filipa, tendo chegado pelas vinte e uma horas e trinta minutos. -----

-- Não compareceram inicialmente os senhores membros Beatriz Paula de Sá Lima de Matos, Jorge Manuel Neto Filipe, tendo chegado pelas vinte e uma horas e trinta minutos e Manuel Joaquim Marques Peres Filipe, tendo chegado pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos.

**01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

**01.01 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2015 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----**

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e quatro de abril de 2015 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

POR PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PRESENTE ASSUNTO FOI RETIRADO. -----

**01.02. - CORRESPONDÊNCIA DIVERSA - PARA CONHECIMENTO. -----**

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal. -----

**01.03. - INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. \_\_\_\_\_**

Interveio Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, apresentando, inicialmente, dois votos de pesar, subscritos por todos os Grupos Políticos, e que se transcrevem:

**1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA DR.<sup>a</sup> MARIA ESTELA QUEIRÓS RIBEIRO DE MIRANDA SILVA. -----**

*“Tendo falecido recentemente a Dr.<sup>a</sup> Maria Estela Queirós Ribeiro de Miranda Silva, distinta Professora neste nosso concelho e sogra da nossa colega Deputada nesta Assembleia Municipal Dr.<sup>a</sup> Bibiana Secundina Dias Oliveira, propomos que nesta Assembleia seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando condolências à família.”*

## **2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ENGENHEIRO ADELINO CARVALHO DO VALE.** -----

*“Tendo falecido recentemente o Sr. Eng.º Adelino Carvalho do Vale, Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Fão e, ao longo de muitos anos Administrador da Esposende 2000, empresa municipal, grande impulsionador dos Escuteiros de Fão nos finais da década de 70 e defensor das causas fangueiras, propomos que nesta Assembleia seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando condolências à família.”*

Continuando a sua intervenção:

*“Como tem sido meu timbre, aproveito este Período Antes da Ordem do Dia para fazer alguns comentários de cariz local mas, também, trazendo à colação a política nacional.*

*Começo por felicitar a Esposende Ambiente por ter conseguido a quádrupla certificação nas áreas da Qualidade, do Ambiente, da Segurança e Saúde no Trabalho e na Responsabilidade Social. Foi bom saber que os Auditores concluíram que estavam perante uma empresa “genuinamente de excelência”, reforçando o que tem vindo a dizer a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, quando aponta esta Empresa Municipal como “empresa de referência nacional no sector”.*

*Também, e recentemente, o nosso Município foi convidado pela Associação Portuguesa para a Qualidade e pela Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a apresentar o seu projeto de boas práticas num seminário subordinado ao tema “Qualidade nas Autarquias Locais”.*

*Não há semana que não sejamos prendados, estou a falar nos municipais em geral, com uma ou várias atividades promovidas por este Município. Todas muito apelativas, de grande interesse, viradas ora para o Desporto, outras para a Educação e Cultura, outras ainda nas áreas do social e bem-estar. É verdade que mais ou menos atempadamente vão sendo divulgadas através da Agenda Mensal afixada em painéis espalhados pela cidade. É bom que assim seja mas sugerimos ainda mais. Não sei se esta rica informação chega até às freguesias. Será que ficaria caro a instalação em cada uma de um desses painéis informativos? Como alternativa, porque não editar um desdobrável e espalhá-lo nos locais mais frequentados – cafés, associações e juntas de freguesia? Já agora, e porque vem a talhe de foice, será que todos estes eventos – raramente visíveis noutros municípios – não mereciam já constituir uma marca e um excelente produto de marketing para o nosso concelho?*

*A propósito da recente inauguração da Requalificação da Frente Ribeirinha de Fão, que aconteceu no passado dia 13, apetece-me dizer que estamos perante um percurso muito agradável, direi mesmo apetecível e tão elogiado pelos governantes presentes. Foi interessante ouvir do senhor Ministro do Ambiente que o nosso Presidente da Câmara tem tido um papel fundamental na sinalização dos problemas do município, solicitando apoios ao poder central mas, em simultâneo, apontando sempre soluções. Na ocasião ouvimos o elencar das obras em curso, das já realizadas e das que estão projetadas e prontas a iniciar. Até nós, que somos autarcas e por isso com obrigação de maior conhecimento, ficamos surpresos. Há, sem dúvida, um forte investimento no nosso concelho o que demonstra dinâmica, visão estratégica e capacidade de realização. É claro que ficamos atónitos quando ouvimos que tudo o que se tem feito em Esposende é puro investimento da POLIS. É um absurdo que se pense dessa*

*forma esquecendo-se que parte do capital desta Sociedade pertence à Câmara Municipal e, por isso, qualquer desses projetos tem investimento municipal. Já é mais que tempo de deixar de ouvir os Arautos da Desgraça. Seria bom que dissessem por exemplo, que a Câmara Municipal esteve atenta e soube apresentar atempadamente e devidamente organizadas candidaturas em Regime de Overbooking, sendo o segundo município da CIM Cávado com mais projetos aprovados.*

*O que dizer, também, da política nacional?*

*As últimas sondagens são inequívocas quanto às opções de voto, neste momento, contrariando as expectativas daqueles que vaticinaram a morte do Governo de Coligação PSD/CDS. Afinal nem tudo é rosa. Há muitos cidadãos a fazer jus à política do governo, pelo menos a compreender a política de alguma austeridade, implementada de forma séria, devidamente explicada e que evidencia sinais de retoma. É um sinal claro que continuamos a precisar de governantes capazes de olhar para o futuro sem o hipotecar e que governem com sentido de Estado.*

*Pena é que a oposição, nomeadamente o maior partido da oposição e que gravita na esfera do poder, não se aperceba disso e continue a defender uma política de despesismo, continue a apregoar uma política de banalidades, e não ser capaz de olhar para o seu passado e fazer um exame de consciência que o distancie de opções que nos conduziram ao resgate.*

*Não nos podemos esquecer, e não nos esqueceremos certamente, que o Dr. António Costa foi o n.º 2 do Eng.º José Sócrates e, por isso, vai ter muita dificuldade em provar aos portugueses que defende políticas diferentes. Será que António Costa fará como Sócrates ignorando todos os sinais e conselhos de economistas de renome, e que tudo apontava para a bancarrota? Será que vai querer continuar com uma política de excessos e bater de novo palmas à actuação do governo grego? Será que António Costa ainda não se apercebeu que a população, pese embora alguns sacrifícios impostos, aceita que se faça tudo para que Portugal continue a ser um Estado Soberano?"*

Intervio seguidamente João Felgueiras, do Grupo Político do PS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

*"No passado dia 13 de Junho, um dos muitos anseios da população de Fão ficou finalmente concluído. Falo, claro está, da zona Marginal de Fão que liga a zona do Caldeirão ao Largo do Cortinhal. Já por várias vezes tinha passado de barco pela zona, mas nunca a pé e, efetivamente, a requalificação que ali foi feita é uma extraordinária mais-valia para aquela Vila, para o nosso Concelho e para a região.*

*A zona ficou muito agradável para o passeio em família, para a prática desportiva ou simplesmente para contemplar as serenas águas do Cávado.*

*Devemos saudar a Câmara Municipal que em boa hora aceitou aderir ao Programa POLIS, gostem ou não, um programa lançado e integralmente pago, na componente da administração central, por um Governo do Partido Socialista, para concluir mais uma obra e novamente convidar o Senhor Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território a deslocar-se ao nosso concelho.*

*Bem.... se eu, há uns tempos atrás, disse ao Senhor Presidente para lhe dar um GPS para ele saber onde ficava Esposende, uma vez que parecia perder-se do caminho, parece que o Senhor*

*Presidente não o fez por menos e deu-lhe um GPS apenas com uma rota: a rota do nosso Concelho. Isso sim! É que é promover o turismo...*

*Esperemos é que a sua vinda, que nos prestigia, porque se trata de um alto dignatário da nação, não tenha tido muitos encargos para o Município...*

*E que diferença para os tempos em que uma ministra deste mesmo Governo, Assunção Cristas, quando tinha a tutela desta área governativa, quis, na prática, acabar com este programa, para financiar as dívidas dos programas Polis de cidade e, também por aqui, se alvitrou a possibilidade de abandonar a sociedade "Polis Litoral Norte".*

*Ainda bem que o bom-senso imperou e que esse erro terrível não foi cometido. O resultado do amplo consenso que se formou entre os esposendenses – até nos endividamos, com o apoio unânime das forças políticas representadas nesta Assembleia, para cumprir a nossa parte do capital na referida sociedade de desenvolvimento – está à vista, demonstrando que, ontem como hoje, todos estamos em sintonia, naquilo que é essencial, na defesa dos interesses da população que representamos.*

*Mas Senhor Presidente da Câmara, numa cerimónia como aquela, não estava nada à espera da sua intervenção tão "inflamada".*

*Bem sei que existem questiúnculas do passado, pelos vistos algumas feridas por sarar entre pares, mas veja só que até utilizou as forças políticas que fazem oposição ao seu Executivo, como arma de arremesso...*

*No que nos diz respeito, foi uma crítica injusta e desadequada. Lembre-se que a oposição não está aqui apenas para votar contra; não está aqui para dizer mal de tudo e de todos. Nós, pelo menos, estamos aqui para defender o interesse comum, o interesse de todos os Esposendenses e votaremos sempre a favor daquilo que acharmos que melhor defende esses mesmos interesses...*

*É que atirar uma rosa, especialmente se tiver espinhos, ou uma foice e um martelo, pode doer muito mais que atirar apenas uma "laranjinha"...por muito amarga que ela seja...*

*Senhor Presidente:*

*Deixando essas questões laterais para serem resolvidas nos quintais próprios, quero perguntar-lhe, regressando a um tema recorrente desta Assembleia Municipal a que fim é que se destina um terreno, adquirido pela Câmara Municipal a uma empresa de investimentos imobiliários, pelo valor de 150 mil euros?*

*Senhor Presidente:*

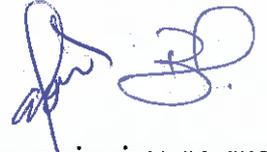
*Voltando a outro tema recorrente, sobre o qual o tempo nos vai dando razão, a revista DECO publicou, na sua edição do mês de Junho, uma análise às tarifas praticadas em Portugal para o abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos.*

*Pois bem, como é público, e várias vezes temos alertado para esse facto, o Município de Esposende pratica uma das taxas mais elevadas por esses serviços, ocupando o décimo segundo lugar no ranking.*

*Esposende aparece no décimo segundo lugar, a nível nacional, mas olhando apenas para o Distrito de Braga e alargando um pouco a amostra e se incluímos os distritos a norte do Porto, os Municípios de Esposende continuam a pagar a fatura da água mais cara desta região.*

*Senhor Presidente, bem sabemos que em política, muitas vezes é difícil assumir que os outros tem razão...*

*Nós voltamos a apelar aqui a uma revisão dos tarifários praticados no nosso Concelho, para que sejam mais justos e equilibrados face à realidade nacional.*



*Senhor Presidente:*

*Em contraponto ao exposto em cima, em que Esposende aparece nos lugares cimeiros no que toca ao que cobra aos seus munícipes, apesar de tantas vezes se embandeirar em arco que as contas do município são exemplares, a verdade é que ainda não conseguimos atingir um lugar cimeiro no ranking dos municípios menos endividados do País...*

*Pois bem, ainda podemos fazer mais e melhor, ainda podemos chegar a uma situação financeira melhor do que a que hoje existe.*

*Muitas vezes, as palavras são ilusórias, fazem querer aquilo que a realidade mostra não o ser...*

*E nunca estaremos nesse ranking se como este ano, voltarmos a aumentar gastos, como por exemplo para as festividades no mês de Agosto, com mais concertos do que nos anos transatos, mais um custo que o município de Esposende terá de suportar e cujo retorno é pouco palpável, a não ser uns cafés que a pessoas tomam porque têm de ir aos WCs dos estabelecimentos comerciais.*

*Não sou contra a existência desses eventos, aliás acho que devem acontecer mas com algum ajustamento à nossa realidade. Acho que dinamiza o turismo, mas pouco diz às nossas gentes que no mês de Agosto tem várias festividades, muitas delas a decorrer em simultâneo em cada freguesia. Concertar esforços e canalizar recursos para uma festividade mais consolidada, com maior visibilidade, isso sim seria uma mais-valia.*

*Mas, como diz o povo, e não me interpretem mal: “com festa e com bolos...”*

*Senhor Presidente:*

*Termino esta minha intervenção, evidenciando que apesar de tudo não somos os únicos a ter alguma relutância face à tão afamada situação financeira do Município.*

*Vejam só que num dos pontos que vão ser discutidos mais daqui a pouco, há uma solicitação à Câmara para o apoio à aquisição de um trator.*

*Até ai tudo bem e o apoio às juntas de freguesia merece o nosso aplauso...*

*Mas não deixa de ser significativo que o pedido, subscrito por um Autarca eleito pelo PSD refira, e passo a citar: “Tenho plena consciência das dificuldades da Câmara Municipal...”*

*Afinal Senhor Presidente parece que a situação não é assim tão famosa ..., que quase se tem de pedir pelas “alminhas”, para se ter um trator...para servir o povo!!!”*

Intervio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção tem o seguinte teor:

*“Começo por falar sobre o funcionamento desta Casa, da Assembleia Municipal de Esposende. Faço-o para dizer que não é admissível o envio da documentação atinente à ordem de trabalhos num prazo curto, isto é, sempre muito próximo da realização das reuniões da Assembleia. Aqui, sempre, sempre são tidos por referência os prazos mínimos que a lei estabelece. Muitos dos documentos, como agora aconteceu, são enviados na véspera ou no próprio dia da sessão da Assembleia. Porque não se cuida do envio da documentação com mais tempo? A Lei e o regimento não o impedem. É que estou a falar de documentos, quase sempre, com elevada complexidade técnica e, por isso, exigem estudo e análises aprofundadas. Dirão: a leitura que se faz dos documentos é política. Certo, mas também é técnica e só podemos assumir posições sustentadas através do conhecimento aprofundados dos assuntos em discussão. De resto, o envio muito próximo das reuniões dos documentos acaba por configurar uma desigualdade de “armas”. É que a Câmara, protagonista das*

*discussões/debates que aqui travamos, conhece atempadamente as matérias, tem todo o apoio técnico sobre as mesmas, tem condições para sustentar, na vertente técnica a sua argumentação. Ora, os Grupos políticos, ao conhecerem tardiamente os assuntos e a documentação com eles relacionada, não tem condições para, em tempo útil, solicitar, desde logo, na vertente técnica, os apoios necessários. Este é um problema que há muito tempo marca, negativamente, o funcionamento da Assembleia Municipal.*

*Também a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, de permanente só tem o nome. Esta Comissão deve reunir, no mínimo, sempre antes das sessões plenárias da Assembleia Municipal. Assim, seria possível preparar a ordem de trabalhos das reuniões plenárias, tudo tendo em atenção os assuntos, problemas prementes para o concelho e suas gentes. Do mesmo modo, o funcionamento regular da Comissão Permanente permitiria sinalizar problemas, os aspetos práticos relativos ao funcionamento da Assembleia e apontar soluções para a sua resolução. Se continuarmos a assistir a este funcionamento agónico da Comissão Permanente, a Assembleia Municipal, e no que concerne à definição da Ordem de Trabalhos, tende a perpetuar o seu papel de caixa-de-ressonância do executivo camarário, o que é lamentável!*

*Sr. Presidente, no dia 27 de maio de 2015, e mais uma vez, foram avistados “centenas de peixes mortos” junto à margem do rio Cávado, em concreto, “na zona do Centro de Atividades Náuticas em Esposende”. Esta situação foi largamente noticiada pela comunicação social.*

*Estranhamente, esta Câmara Municipal de Esposende, dotada de um atento e sempre pronto Gabinete de Imagem e Comunicação, nenhum comunicado tornou público sobre o assunto.*

*Do mesmo modo, a tão galardeada Esposende Ambiente nada disse sobre o caso.*

*Será que a monitorização, controlo, acompanhamento e opinião sobre estas matérias não fazem parte da lista dos indicadores necessários para atribuir as tão noticiadas certificações, medalhas e prémios de mérito e, por isso, para a Câmara e para a Esposende Ambiente estes crimes e atentados ambientais nada diz, nada significam?*

*Soube a Câmara Municipal da situação acima descrita?*

*Já foi determinada a origem para a mortandade dos peixes? Se sim, qual ou quais as causas?*

*Que diligências foram tomadas pela Câmara e pela Esposende Ambiente para acompanhar a situação?*

*Sr. Presidente, no dia 19 de março do corrente ano, a Câmara Municipal e a Universidade do Minho formalizaram um Protocolo de Cooperação, com vista à instalação, no concelho de Esposende, de duas unidades dedicadas à investigação e tecnologia marinhas. Trata-se do Instituto Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia Marinha (IMCTM), a instalar nos terrenos da antiga Estação Rádio Naval de Apúlia, e do Centro de Divulgação Científica de Atividades Marinhas (CDCAM), a instalar no Forte de S. João Baptista.*

*Volvidos três meses, e na qualidade de deputado municipal, solicito ao Sr. Presidente da Câmara que preste a esta Assembleia informação atualizada sobre o assunto. Pretende-se, no fundo, saber qual a data previsível para a efetiva instalação e funcionamento das duas unidades dedicadas à investigação e tecnologia marinhas.*

*O Município de Esposende aderiu à Rede Portuguesa das Cidades Educadoras em 2007. Neste âmbito, implementou o projeto “Esposende - Município Educador”. Sobre esta matéria, o Gabinete de Imagem e comunicação da Câmara fartou-se de elaborar comunicados e notas de imprensa. Recordo os sonantes discursos, as frases maravilhosas, as participações em congressos e noutros fóruns. Recordo a participação da empresa municipal Esposende Ambiente, em representação do Município de Esposende, no IV Congresso Nacional das Cidades Educadoras, que decorreu de 5 a 7 de Maio, de 2011, na Universidade Lusófona, com*

*a apresentação da comunicação “Esposende diz SIM à biodiversidade”, onde deu a conhecer as iniciativas desenvolvidas no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Biodiversidade.*

*Hoje não se houve falar no projeto Esposende Município Educador. Tal como as modas, este projeto desapareceu em pouco tempo. Bem sei que todos os anos aparece com uma residual dotação no orçamento do município, mas nada de relevante acontece no seu âmbito. É mais um exemplo da falta de sustentabilidade das ações que se desenvolvem neste concelho. Por isso, importa questionar: onde pára o projeto Esposende - Município Educador?*

*Sr. Presidente, sabendo-se que do Gabinete de Comunicação da Câmara, onde trabalham cinco pessoas a tempo inteiro, saem várias notas de imprensa por dia, por que razão não foi feita uma nota de imprensa sobre o relatório de gestão 2014 da Esposende Ambiente? Será que foi por a empresa ter dado, e pela primeira vez, mais de 300 mil euros de prejuízo?*

*Sr. Presidente, para além da alteração à entrada do parque de estacionamento da Escola Secundária Henrique Medina que outra obra foi total e exclusivamente pensada, projetada e executada neste mandato?*

*O Executivo Camarário de maioria PSD e os deputados deste Partido que têm assento nesta Assembleia, como há pouco acabou de acontecer pela voz do Deputado Penteado Neiva, fartam-se de referir as obras da Polis, apresentando-as como obras deste município. Claro que são obras do município, tanto mais que integra a Sociedade Polis Litoral Norte e, para o efeito, entrou com mais de dois milhões de euros de capital. Por isso, estas obras da Polis sempre seriam realizadas no nosso concelho quer a o município fosse governado pelo PS, PCP, BE, Independentes. Esposende entrou com o capital e tem que obter benefício por isso. E ainda bem que assim é. Lembro que em 2011 a Câmara PSD queria sair da Polis. Para o efeito convocou uma reunião com todos os vereadores e membros da Assembleia Municipal onde defendeu essa tese – abandono da sociedade Polis do Litoral Norte. Nesta reunião, enquanto deputado municipal do PCP estive contra a proposta da Câmara. Afirmei na altura que a saída do município de Esposende da Sociedade Polis do Litoral Norte poria em causa definitivamente a realização de obras importantes, tais como o arranjo da frente ribeirinha de Fão e outras obras de conservação e renaturalização do nosso litoral. O tempo veio dar razão às posições do PCP. Ainda bem que não saímos da Sociedade Polis, pois as obras aí estão para benefício do nosso concelho, das suas gentes e daqueles que nos visitam. No entanto, Sr. Presidente, Sr. Vereador Maranhão Peixoto não venham dizer que estas obras estão a ser realizadas graças à ação deste executivo. Não, conforme referi, estas obras já estavam planeadas e, com este executivo, com o PSD ou com qualquer outra força política sempre seriam executadas. Esta é a realidade nua e crua.”*

Continuando a sua intervenção, Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do CDU, apresentou uma recomendação à empresa Esposende Ambiente e à Câmara Municipal, com o seguinte teor:

1. “No dia 29 de abril de 2015, a Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão dirigiu a esta Assembleia Municipal um abaixo – assinado subscrito pelos moradores na Rua Serpa Pinto – Fão.

2. *Afirmam os subscritores deste documento que “corre o ano de 2015 e é chegada a hora de terem acesso a um serviço público que lhes garanta qualidade e dignidade de vida como à grande maioria dos habitantes do concelho de Esposende”.*
3. *Assim, solicitam à Câmara Municipal e à empresa municipal Esposende Ambiente que providenciem a instalação da rede de saneamento na referida Rua.*
4. *Ora, esta é uma matéria da maior importância para aquelas gentes, para as Pedreiras, para a vila de Fão.*
5. *E atenta a relevância do assunto, não pode esta Assembleia Municipal ficar à margem do mesmo, apenas limitando-se a tomar conhecimento do mencionado abaixo – assinado, como que se tratasse de mais um papel que consta do rol da correspondência recebida.*
6. *Por isso, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2015, delibera:*

#### **RECOMENDAR**

*À empresa municipal Esposende Ambiente e à Câmara Municipal de Esposende, atenta a missão daquela e as atribuições e competências desta, que assumam, enquanto medida prioritária, a instalação da rede de saneamento básico na Rua Serpa Pinto nas Pedreiras – Fão.”*

Antes de passar a palavra ao seguinte orador, interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e porque foi questionada a intervenção da mesa, no âmbito da convocatória da assembleia, esclarecendo que existe uma legislação específica e um regimento aprovado por unanimidade pela comissão permanente e posteriormente pela assembleia municipal e que a ordem do dia pode ser entregue até dois dias úteis antes da data da sessão. Mais referiu que:

*“A convocatória foi enviada na sexta-feira passada, a ordem do dia foi entregue aos líderes políticos na segunda-feira, muito antes do prazo previsto no regimento, e porque é que a mesa assim o fez? Fez porque entendeu que estavam em causa matérias relevantes para o Município, com documentos complexos, tendo sido disponibilizado por parte dos serviços da Câmara, durante todos os dias da semana e conforme prevê o regimento, no nº 4 do artº 38 que diz que: “os documentos que complementem a instrução do processo deliberativo (v.g. plantas, mapas, dossiers volumosos, relatórios de inspeção ou sindicância) respeitantes aos assuntos que integram a ordem do dia, que por razões de natureza técnica ou de confidencialidade, ainda que pontual, não sejam disponibilizados nos termos do número anterior, devem estar disponíveis para consulta, no gabinete de apoio à assembleia, com dois dias úteis de antecedência à data indicada para a sessão.”*

Pois desde segunda-feira, que esses documentos estiveram disponíveis na Câmara Municipal, está aqui o *dossier*. Na segunda e terça, estive eu próprio aqui na Assembleia, tendo-me disponibilizado para além do período, que nos serviços sempre esteve disponível este documento para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. E, também dei na convocatória a possibilidade de qualquer membro da Assembleia, se assim o entendesse, para além do horário que foi fixado, os serviços arranjariam forma de disponibilizar todos estes documentos. Inclusive a cada um dos líderes políticos foi entregue toda a documentação com um cd, com toda a correspondência.

Portanto, poderíamos ter cumprido na íntegra tudo aquilo que está no regimento, mas o bom senso também nos diz, que devemos antecipar sempre que possível a entrega de todos os documentos que nos cheguem às mãos.

Sobre a crítica do funcionamento ou não da Comissão Permanente, é à Comissão Permanente que poderá ser feita essa crítica, mas a mesa e eu, enquanto Presidente, tenho que responder que é verdade, que nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, mais de 80% das matérias previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, são por proposta da Câmara Municipal, sendo que nem sequer a Assembleia pode alterar as propostas, e se virmos muita outra legislação conexas, com esta da matéria do Funcionamento da Assembleia, apesar de ser um órgão deliberativo e por isso é que funciona de uma forma diferente de um órgão executivo, é muito mais por impulso de outras entidades ou por competências especificamente consagradas na legislação, só o nº 1 do artº 25, tem 23 alíneas todas sob proposta da Câmara Municipal. É verdade que é órgão deliberativo do Município, mas grande parte das matérias é sempre por proposta, como é óbvio do órgão executivo.”

Interveio seguidamente Artur Viana, do Grupo Político do CDS-PP, apresentando, inicialmente a seguinte recomendação:

*“No dia 07/06/2015, o Futebol Clube do Porto sagrou-se Campeão Nacional do Escalão de Iniciados Masculinos. Derrotando na final o S. L. Benfica por 38-39, após prolongamento. Integra a equipa técnica como Treinador-Adjunto, o cidadão Luis António da Silva Pereira, Professor, funcionário desta Câmara Municipal.*

*Ao Professor Luis António da Silva Pereira, havia já sido atribuído um voto de louvor pelo executivo da Câmara Municipal de Esposende, datado de 2002, após o Título de Campeão Nacional no Escalão de Juvenis femininos pelo Centro Social da Juventude de Mar.*

*Considerando que o Professor Luis António da Silva Pereira é o único cidadão do Concelho de Esposende a integrar os quadros técnicos do Futebol Clube do Porto na função de Treinador-Adjunto e que esta vitória alcançada pelo Futebol Clube do Porto apenas teve paralelo há 11 anos atrás, tal facto, valoriza o nosso concidadão que com a sua prestação elevou o Concelho de Esposende a nível Nacional e Internacional.*

*Assim, o Grupo Político do CDS na Assembleia Municipal de Esposende, reunida a 26 de junho de 2015, recomenda a atribuição ao cidadão Luis António da Silva Pereira de um voto de louvor.”*

Continuando a sua intervenção:

*“Aproxima-se a passos largos o período anual de ouro do concelho de Esposende. Nesta época sente-se o fervilhar de pessoas nas ruas, com a chegada dos emigrantes, turista ou simples banhistas, que com as populações residentes enchem as ruas para agrado do comércio local.*

*É no verão que Esposende ganha mais visibilidade com as suas praias e paisagens naturais, às quais se associam várias atividades culturais, desportivas e uma panóplia de festas religiosas. Não tenhamos dúvidas que Esposende é uma terra acolhedora e quem nos visita gosta de voltar.*

*É para com os residentes e para com os que nos visitam, que temos, todos nós e em particular o Executivo Municipal, a responsabilidade de fazer o melhor. Não podemos descorar os pormenores que se tornam tão importantes para a imagem do concelho.*

*Assim, atentos ao que se passa no nosso concelho, e não apenas através do gabinete de comunicação da autarquia, não posso deixar de destacar alguns reparos:*

*I – No início de junho, uma empreitada municipal promoveu o rebaixamento dos passeios junto às passadeiras.*

*Nada de anormal, tirando o facto de a obra se iniciar numa 6ª feira, fechando o acesso dos peões e tendo terminado numa 5ª feira, ficando o acesso novamente fechado até à 2ª feira seguinte.*

*Estou-me apenas a referir à passadeira com mais movimento no concelho, entre a Igreja Matriz de Esposende e a Rua 1º de Dezembro.*

*... Perante este facto considero que a fiscalização das obras municipais deva estar mais atenta para não se repetirem episódios semelhantes em outros locais.*

*II – Sabendo que no verão o litoral de Esposende tem uma grande afluência de pessoas que se deslocam em viatura própria, o Senhor Presidente da Câmara, em reunião última da Assembleia Municipal, informou que estava a preparar um projeto para melhorar o trânsito e o estacionamento no período de verão.*

*Não sendo conhecedor do referido projeto, não observei mudanças significativas facilitadoras do trânsito, apenas as habituais de verão, algumas delas com dúvidas sobre a sua eficiência.*

*Neste sentido e aguardando um projeto de revisão do trânsito a apresentar pelo Executivo municipal, solicito à Assembleia Municipal que delibere:*

- a) Recomendar à Câmara Municipal que promova uma discussão sobre o trânsito num esforço conjunto com as juntas de freguesia e os comerciantes, entre outras entidades;*
- b) Recomendar à Câmara Municipal a colocação de parcometros na Rua Santa Maria dos Anjos, do lado oposto aos táxis, de modo a permitir o acesso fácil ao comércio e outros serviços, tal como já acontece com o Largo Oliveira Martins.*

*III- Por último deixo um alerta para as ações de limpeza das ruas, praias e pinhal, dado que no ano anterior se verificaram várias queixas de lixos que permaneciam vários dias/semanas, em particular junto ao litoral.*

*Faço um apelo para que a Esposende Ambiente e os presidentes das Juntas de Freguesias sensibilizem os seus funcionários para estarem atentos e agirem rapidamente de modo a passarmos uma mensagem e imagem de um concelho limpo e em sintonia com a natureza.”*

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foram ultrapassados os 30 minutos do período de antes da ordem do dia, e pediu autorização para prorrogar esse período por mais 30 minutos.

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA POR MAIS 30 MINUTOS.** -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão por dois minutos.

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA DR.ª MARIA ESTELA QUEIRÓS RIBEIRO DE MIRANDA SILVA. -----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA DR.ª MARIA ESTELA QUEIRÓS RIBEIRO DE MIRANDA SILVA. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

**2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ENGENHEIRO ADELINO CARVALHO DO VALE. -----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ENGENHEIRO ADELINO CARVALHO DO VALE. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

**3 – RECOMENDAÇÃO - INSTALAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO BÁSICO NA RUA SERPA PINTO NAS PEDREIRAS – FÃO. -----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram contra 18 membros municipais do Grupo Político do PSD, num total de 18. Votaram a favor 7 membros municipais do Grupo Político do PS, 2 membros do Grupo Político CDS-PP e 1 do Grupo Político do PCP, num total de 10 e abstiveram-se 2 membros municipais Independentes, num total de 2.

Foi proferida, pelo Grupo Político do PSD, a seguinte declaração de voto:

*“O Grupo Político do PSD vota contra a proposta de recomendação do PCP/CDU por considerar inoportuna já que esse mesmo abaixo-assinado, tanto quanto sabemos, tem um trâmite próprio e quer a Câmara Municipal quer a Esposende Ambiente estão atentos a este problema que, digamos, já foi, outrora, motivo de reuniões. Estes órgãos terão, de certeza, o maior interesse em resolver esta questão como já o fizeram para mais de 85% do território concelhio que já se encontra coberto com rede de saneamento.”*

**4 – VOTO DE LOUVOR AO CIDADÃO DR. LUÍS ANTÓNIO DA SILVA PEREIRA. --**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR UM VOTO DE LOUVOR AO CIDADÃO DR. LUÍS ANTÓNIO DA SILVA PEREIRA, PELA CONQUISTA DO CAMPEONATO NACIONAL DE ANDEBOL NO ESCALÃO DE INICIADOS MASCULINOS PELO FUTEBOL CLUBE DO PORTO, NA QUALIDADE DE TREINADOR-ADJUNTO, NA ÉPOCA 2014/2015. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL AO PRÓPRIO. -----

Votaram a favor os 7 membros do Grupo Político do PS, os 2 membros do Grupo Político CDS-PP, 1 membros do Grupo Político CDU e 1 membro Independente, num total de 11. Abstiveram-se os 18 membros do Grupo Político do PSD e 1 membro Independente, num total de 19. -----

Foi proferida, pelo Grupo Político do PSD, a seguinte declaração de voto:

*“O Grupo Político do PSD abstém-se neste Voto de Louvor ao Treinador Adjunto do Andebol Juvenil do FCP, Luís Pereira, por considerar que existe uma iniciativa própria promovida pelo Município – A Gala do Desporto – onde são dignamente homenageados todos aqueles atletas e dirigentes, que se destacam, e felizmente são dezenas, na área do desporto e que são oriundos do concelho de Esposende e, naturalmente, será feita menção a Luís Pereira. Porque não tem sido hábito nesta Assembleia, a não serem casos muitos relevantes e que extravasam as fronteiras, apresentar estes votos de Louvor, julgámo-lo inoportuno.”*

#### **5 – RECOMENDAÇÃO – REVISÃO DO TRÂNSITO E COLOCAÇÃO DE PARCÓMETROS NA STA MARIA DOS ANJOS.** -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram contra 18 membros municipais do Grupo Político do PSD, 7 membros municipais do Grupo Político do PS, 1 membro do Grupo Político do PCP e 2 membros municipais Independentes, num total de 28. Votaram a favor 2 membros do Grupo Político CDS-PP, num total de 2.

Foram proferida três declarações de voto:

A primeira, pelo Grupo Político do PSD, foi proferida a seguinte declaração de voto:

*“O Grupo Político do PSD vota contra esta recomendação do CDS porque, mais uma vez, é inoportuna. Todos sabemos, porque fomos informados pelo Sr. Presidente da Câmara, que está em curso um estudo global para o trânsito e estacionamento na cidade de Esposende. Tudo que sejam propostas avulso não enriquecerão, em nada, o estudo que está a ser preparado por especialistas nesta matéria.”*

A segunda, pelo Grupo Político do PS, foi proferida a seguinte declaração de voto:

*“O PS vota contra a segunda parte da recomendação, ou seja, a colocação de parcometros.”*

A terceira, pelo Grupo Político do PCP, foi proferida a seguinte declaração de voto:

*“ Eu votaria a favor desta recomendação se não fosse a segunda parte da recomendação, ou seja, se não fosse a parte da colocação de parcometros.”*

#### **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**

Usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, questionando o senhor Presidente sobre o seguinte:

1. *“No ponto 26 da informação escrita é referido que “as boas práticas da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Esposende estiveram em evidência no I Encontro*

*sobre Boas Práticas das Comissões que decorreu em Cabeceiras de Basto, numa organização da CPCJ local”*

*Ora, não sendo estas matérias estranhas para mim, uma vez que pertenci à CPCJ de Esposende durante um período de quatro anos e também possuo formação especializada (pós graduada) em Direito das Crianças e Jovens, solicito ao Sr. Presidente da Câmara e, por seu intermédio, à Sr.ª Vereadora Raquel Vale que, no presente, preside à CPCJ de Esposende, que nos dê conta das boas práticas aqui referidas e apresentadas no referido I Encontro. Creio que esta Assembleia Municipal não deve contentar-se apenas com o enunciado vago da sua informação. Importa aprofundar, concretizar, informar com o necessário detalhe esta Assembleia.*

- 2. No ponto 29 da informação escrita, o Sr. Presidente da Câmara refere que, em cerimónia realizada para o efeito, foram entregues os prémios Viana de Lima/Câmara Municipal de Esposende. Louvo esta iniciativa e a decisão da Câmara em atribuir, anualmente, tais prémios. No entanto pergunto: E o Prémio Rodrigues Sampaio, anunciado na altura das comemorações dos 200.ª nos do seu nascimento? Ficou no total esquecimento? Não se cumpre esta decisão porquê?*
- 3. No ponto 31 é referido que o município apoia ensino articulado da música com 52 500 euros. Esta verba destina-se aos alunos que não foram financiados pelo POPH e que pretendem continuar a frequentar o ensino articulado da música. Pergunto: a Câmara assume na totalidade o pagamento das propinas inerentes à frequência desta modalidade de ensino ou, para além da comparticipação da Câmara, cada um dos alunos matriculados no ensino articulado tem que assumir uma parte do montante relativo à propina?*
- 4. No ponto 35 é-nos dado conta que o município de Esposende promoveu o Fórum da Educação sob o tema “desenvolvimento e Coesão Social: os lugares da Educação”. Sr. Presidente, sobre este assunto solicito, e por seu intermédio à Sr.ª Vereadora da Educação, que seja prestada a esta Assembleia Municipal mais informações acerca desta iniciativa. O que aqui nos é dito é muito vago. Importa saber que balanço fizeram, se é que fizeram algum balanço sobre este evento, que relatório foi elaborado? Que outros documentos foram produzidos? Foram ou não atingidos os objetivos? Estas são informações importantes que importa prestar à Assembleia Municipal. Não chega dizer que fizeram isto ou aquilo. Torna-se necessário avaliar tais iniciativas e dar conta desse trabalho avaliativo a esta Assembleia. Só assim podemos cumprir a nossa função fiscalizadora da ação da Câmara Municipal.”*

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que daria oportunidade às senhoras Vereadoras para responderem às questões levantadas e posteriormente faria a sua intervenção.

Usou da palavra a senhora Vereadora Eng.ª Raquel Vale referindo que, relativamente à questão colocada sobre a comissão, as boas práticas relacionam-se com a gestão de processos, ou seja, há um relatório anual que é enviado à Assembleia Municipal, no entanto estamos disponíveis para esclarecer qualquer dúvida em qualquer altura do ano, mas as boas práticas têm a ver com a implementação de algumas metodologias de organização dos próprios processos que não é característico nas próprias comissões. Referiu que se conseguiu desenvolver uma matriz em Excel, uma ferramenta desenvolvida pelos técnicos, em que existem alertas de acordo com os prazos legais para que se cumpra a lei de proteção de crianças e jovens. Existe um manual,

onde constam todos os elementos que constituem a comissão de proteção, em que alguns deles são muito voláteis, pois as pessoas que representam as entidades variam constantemente isto é um órgão que está condicionado a um entra e sai de pessoas, daí sentirmos a necessidade de construir um manual de boas práticas, procedimentar muito bem os procedimentos administrativos que temos que legalmente instruir e responder ao processo para enviar todos os processos ao Ministério Público e acaba também por ser uma forma de acolher os novos técnicos para que eles no prazo de um mês estejam por dentro do processo, e não de seis meses, que é o tempo que por vezes leva. Estas boas práticas acabam por ser um modelo e um exemplo a seguir, uma vez que temos sido convidados a partilhá-las.

Usou da palavra a senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Jaqueline Areias referindo que relativamente à questão colocada pelo senhor Deputado Manuel Carvoeiro e lembrando o tema do Fórum da Educação 2015, que versou sobre “O desenvolvimento e coesão social: os lugares da educação” que decorreu de 25 de maio a 9 de junho. Em paralelo com todos os painéis, foram realizadas atividades um pouco por todo o concelho, nomeadamente no Fórum Rodrigues Sampaio, na escola Secundária Henrique Medina e na escola António Correia de Oliveira.

Quanto aos painéis, o fórum da educação começou com casa cheia, onde estiveram presentes professores da Universidade Católica do Porto e também contou com a participação dos agrupamentos de escola. Houve também uma amostra formativa, que decorreu no recinto da escola Secundária Henrique Medina, com a apresentação de performances musicais e artísticas no decorrer da mesma,

Lamentou que, apesar do convite ser extensível a todos, a adesão fique aquém daquilo que o município oferece a todos os agentes educativos. Apelou para a participação, referindo que é um dinheiro que o município gasta e que não se vai deixar de realizar o Fórum da Educação porque a adesão não é a desejada.

De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal iniciando a sua intervenção pela informação escrita referindo que, desde 21 de abril a 21 de junho foram realizados 80 eventos dignos de registo, sendo certo que isto não deixa de ser uma atividade resumida.

Relativamente às questões colocadas pelos senhores deputados municipais começa por responder ao Dr. Manuel Carvoeiro referindo que os prémios Viana de Lima têm um enquadramento completamente distinto, referindo que teve a ver com a aquisição do próprio imóvel “Casa Viana de Lima” e daí resultou esse compromisso, durante 30 anos de atribuição desses dois prémios, o que nos confere algum protagonismo. Dizer que não somos nós que atribuímos o prémio, este prémio é atribuído com base nas notas obtidas na universidade.

Relativamente ao prémio Rodrigues Sampaio confesso que resulta da minha pouca permanência na política, isto já é de 2006 e nessa data eu ainda não andava por cá. Vou averiguar esta situação, pois tudo o que tem a ver com incentivos aos jovens teremos todo o gosto em colaborar.

Quanto à questão do POPH, dizer que em 2013 fixou um determinado nível de investimento e para 2014 esse valor manteve-se apesar do número de alunos ter aumentado. O município para que as crianças não ficassem sem o ensino articulado decidiu avançar com a globalidade dos custos, cerca de 25 mil euros, para que todos tivessem a oportunidade de frequentar o ensino da música. Esta situação foi extensível a 2015, com um investimento total de cerca de 104 mil euros.

Relativamente à intervenção do Dr. Penteadó Neiva, levanto a questão e avanço com a resposta desta intensíssima atividade que por vezes não chega a todos os cantos do concelho, por vezes chega mais rápido fora do concelho e somos muitas vezes abordados por pessoas de fora que percebem esta atividade. Contudo, fazemos a divulgação através da nossa agenda que deixamos nos locais de estilo, com o objetivo que chegue a toda a gente. Obviamente que estamos disponíveis para analisar a situação e se não for eficaz, mudar a estratégia. A ideia dos Mupis nas freguesias parece-me ajustada, no entanto, poderá implicar custos. Temos outdoors que podem ser utilizados.

No âmbito da comunicação nada melhor que dizer o que vai acontecer aqui de hoje a 8 dias pelas 13:30, vai ser apresentado o programa “Esposende Verão 2015”, com todos os eventos do mês julho, agosto e setembro, a ideia é compilar todas as atividades para uma informação mais articulada. Vamos ter um conjunto de suportes para a comunicação, que com toda a certeza na próxima sexta-feira irá deixar-vos surpreendidos.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado João Felgueiras, a obra da marginal de Fão, muito desejada por todos, um anseio com mais de 40 anos foi um êxito, a satisfação foi geral. O projeto foi articulado com a freguesia e o resultado apesar de inicialmente terem existido algumas críticas, hoje verifica-se a beleza da obra, vemos o que existia antigamente e o que temos agora.

Quanto à manutenção destes espaços é importante esclarecer que em zonas concessionadas como as praia, a responsabilidade é da ARH, nas zonas não concessionadas a responsabilidade é do ICNF, naquele caso e em todas as obras da Polis, a câmara assina um auto em que assume o obra como da câmara, naquele caso a responsabilidade pela manutenção é da câmara.

Relativamente aos terrenos, explicar que não é um terreno, são dois, compramos um ontem em hasta pública, uma oportunidade que não podíamos desperdiçar. O terreno fica ao lado do “Mercatlas”, local escolhido para a construção do Centro de Negócios. Neste momento, compramos 3 terrenos naquele local.

Quanto às taxas e tarifas da água, já falei muito sobre o assunto e vou-me repetir, temos ligações gratuitas, é o único município do país com esta medida, tarifários sociais para famílias carenciadas, tarifários para famílias numerosas. Claro que se fizéssemos como outros municípios que ficam a dever milhões de euros e depois conseguem acordos leoninos que têm a ver com questões partidárias e não com o cumprimento de obrigações legais, também podíamos baixar as tarifas. Nós cumprimos as recomendações da ERSAR, o município não deve financiar as empresas, estas devem ser sustentáveis, não devemos pegar nos recurso de outras coisas para financiar a água. A tendência é para descermos na tabela, é que agora os outros vão ter que cumprir as regras da ERSAR. Estamos tranquilos quanto a esta matéria até porque já não subimos as tarifas há 4 anos.

Relativamente ao endividamento, torna-se difícil dizer qualquer coisa, pois somos dos municípios com melhor situação financeira e mesmo assim somos acusados. Lanço o desafio e na próxima Assembleia Municipal convido-vos a ver o nosso posicionamento no anuário financeiro das autarquias, e se houver alguma câmara do Partido Socialista da região que esteja à nossa frente, dou a mão à palmatória de que não sabemos gerir.

Quanto ao apoio às juntas de freguesia, os senhores presidentes da junta sabem que não se trata de ter dificuldades e sabem que existem muitos pedidos de apoio para viaturas. Apesar da situação financeira ser estável, o dinheiro tem que ser aplicado de forma criteriosa e nas coisas urgentes.

Relativamente às questões dos custos, nós de uma vez por todas temos que nos assumir como um município voltado para o turismo, pois todo o dinheiro aplicado nessa área não considero um gasto, mas um investimento. As pessoas têm que vir para Esposende de férias e ter o que ver, com eventos nas mais diversas áreas. Não gastamos mais dinheiro que o ano passado, apenas promovemos mais as atividades.

Queremos cada vez mais pessoas no nosso concelho e para tal temos que ter um cartaz de eventos que cativem e aumentem a procura.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Manuel Carvoeiro inicio por esclarecer que a questão dos peixes mortos foi resolvida em poucas horas e foi dado conhecimento À APA. Acontece que as condutas em alta têm um sistema de alerta quando os caudais que levam os afluentes para as ETARS baixam, existe um entupimento. Este sistema de alerta não funcionou e as Águas do Noroeste não nos avisou a tempo, ou seja existem uns libertadores de caudal que deram origem a uma escapadela do afluente doméstico, para a zona do rio. Não foi nada de grave, foram tomadas as medidas necessárias e resolvida a situação.

Agradeço os elogios tecidos ao gabinete de comunicação e imagem e à Esposende Ambiente, é sempre bom ouvir falar bem e dizer que trabalham bem.

Relativamente ao protocolo com a Universidade do Minho, o processo está em evolução.

Quanto ao município educador, temos participado nas diversas reuniões e estamos a reunir esforços para que a próxima reunião seja cá, grande parte das políticas estão a ser implementadas no centro de Educação Ambiental e no Fórum da Educação.

Relativamente ao relatório de gestão e ao prejuízo, essas coisas carecem de uma explicação muito longa. Já debatemos aqui essa matéria e tem a ver com o contrato programa da Esposende Ambiente. Temos contrato programa com a Esposende Ambiente para a execução de algumas tarefas, ou seja, pagamos para eles desempenharem tarefas. Como sabem em 2013 com as eleições não foi celebrado contrato programa e posteriormente o tribunal de contas não visou o mesmo. Mesmo assim a Esposende Ambiente não deixou de fazer o trabalho e as despesas pela execução do mesmo foram efetuadas, no valo de 396 mil euros, que nós teríamos que pagar. Assim sendo, este prejuízo não é real, resulta do referido contrato programa que não foi visado. No final do ano e uma vez que o capital da empresa é 100% do município, transferimos o montante em dívida.

Nas contas consolidadas do município a dívida da Esposende Ambiente aparece porque a empresa dando prejuízo nos obrigam a integrar as dívidas dessa empresa.

Relativamente aos investimentos da Polis, não é qualquer câmara que fazia, poderá ver outras situações que contradizem a sua afirmação, não qualquer um, nem qualquer força política, nós começamos cedo e estamos com grande dinâmica, umas obras estavam previstas e outras decorreram das intempéries.

Relativamente ao abaixo-assinado importa apenas referir que a Esposende Ambiente em tempo próprio contactou todas as pessoas para aferir o interesse.

De momento não existe financiamento para obras de saneamento, a intervenção terá que ser suportada pelo município. Atualmente temos uma rede de 85% de cobertura, no entanto existem freguesias no concelho sem saneamento.

Fica registada a exigência das pessoas das pedreiras, que respeito, sendo que é importante terem a consciência de que a maior parte delas tem as fossas nas traseiras das casas, e ao passarem o saneamento para a rua têm que fazer obras dentro das casas acarretando custos para os moradores, aquando destas evidencias muitas não se mostraram interessadas.

Relativamente às questões colocadas pelo Dr. Artur Viana, dizer que o problema é termos muitas obras, e a que referiu tem a ver com acessibilidades.

Quanto ao trânsito queremos resolver o problema do trânsito e do estacionamento da cidade durante todo o ano, entregamos a questão a uma empresa para desenvolver um estudo global nessa matéria.

Quanto à recolha de resíduos urbanos, estou de acordo consigo e não gosto de ver os contentores cheios, quanto a esta situação vamos fazer sempre o melhor.

Queria deixar algumas informações que considero relevantes, a assinatura do protocolo com os baldios, penso que foi dado um passo importantíssimo, acabou o litígio de mais de 10 anos.

Projetos aprovados no âmbito do overbooking, somos o segundo município do Cávado a recuperar mais dinheiro com obras que já haviam sido feitas.

A obra da marginal de Esposende irá ser inaugurada no dia 11 de junho, pelas 18 horas, fica desde já feito o convite, estará cá o senhor Secretário de Estado do Desporto, iremos ter diversas atividades ao longo do dia na marginal. A obra está concluída e conseguimos o financiamento, ficando com um custo para o município de cem mil euros.

Quanto a dizer que só tenho obras do anterior mandato, não corresponde de todo à verdade, não vou mencionar todas, mas refiro algumas obras feitas por nós, a fase final da ciclovia da marginal, a dragagem da doca de pesca, o parque de estacionamento da escola secundária Henrique Medina, grande parte da marginal de Fão, eliminação de barreiras arquitetónicas, cobertura do pavilhão de Vila Chã, redefinição do perfil transversal da rua Padre José Pires Afonso, processo delicadíssimo em Palmeira, beneficiação do logradouro da escola de Rio de Moinhos, infraestruturação do parque industrial de Gandra com fibra ótica.

Maior eficiência energética, processo para avançar em breve, beneficiação do edifício dos paços do concelho a introduzir o espaço do cidadão, nesta obra aproveito para dizer que as obras vão começar em breve e teremos que introduzir algumas limitações no acesso ao espaço, peço a vossa compreensão para esta situação.

No dia 5 de setembro está agendada uma visita a todas as obras da Polis, vão ser todos convidados. Sendo certo que a obra da restinga, em que poucos acreditavam está a decorrer com a reposição das areias e a colocação de geocilindros.

## **02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

### **02.01. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE ANO DE 2014, NOS TERMOS DO N° 2 DO ARTIGO 76° DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.** \_\_\_\_\_

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de junho de 2015, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende referente ao ano de 2014. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. \_\_\_\_\_

Antes do assunto ser proposto a votação usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que as contas são consolidadas da forma como já foi referido, incorporando a Esposende Ambiente e a Esposende 2000. Apresentamos um resultado líquido de 2 milhões, duzentos e trinta e cinco mil euros, conjugando todo o grupo municipal. É o reflexo daquilo que tem sido a nossa gestão.

De seguida usou da palavra o Grupo Político do PS, com o seguinte teor:

*“O relatório que nos é aqui apresentado suscita-nos um comentário e um conjunto de perguntas.*

*O comentário é a constatação de que, em 31 de Dezembro de 2014, o conjunto constituído pela Câmara Municipal e pelas empresas municipais registavam dívidas de médio e longo prazo de cerca de 10 milhões de euros e dívidas de curto prazo próximas dos 6 milhões de euros. Portanto, 16 milhões de euros em dívida.*

*Será uma dívida controlável mas, apesar de nos repetirem constantemente que o desempenho financeiro do Município é exemplar, a verdade é que as dívidas a terceiros de curto prazo do Grupo Municipal aumentaram entre o final do ano de 2013 e o final do ano de 2014 em 900 mil euros.*

*Isto, ao mesmo tempo que as despesas de investimento diminuíram, só na Câmara Municipal e no mesmo período de tempo, mais de quatro milhões de euros.*

*Começando pela Esposende Ambiente, a primeira pergunta que queremos colocar ao Sr. Presidente da Câmara é a seguinte:*

*Sabendo-se que as tarifas praticadas por essa empresa são, por opção vossa, das mais caras do país inteiro, tal como já referiu o Deputado João Felgueiras na sua intervenção inicial, como é que se explica que essa empresa apresente prejuízos de mais de 360 mil euros? O que é que se passa com esta empresa sendo que os prejuízos são “operacionais”, ou seja, são o resultado da operação do dia-a-dia da empresa?*

*Se pagamos uma fatura de água, saneamento e lixo tão cara, como é que esta empresa – que explora uma atividade monopolista e não concorrencial – não consegue um desempenho financeiro equilibrado? Ainda por cima, tratando-se de uma empresa que contabiliza, todos os anos, um valor elevado de “trabalhos para a própria empresa”, o que lhe permite ajustar os resultados contabilísticos?*

*Esta situação, que só não se verificou em anos anteriores porque foram transferidas verbas muito significativas da Câmara Municipal para a Esposende Ambiente – e mesmo assim, em 2014, foram mais de 700 mil euros – exige uma explicação clara e é essa explicação que pedimos.*

*A segunda pergunta tem a ver com a cooperativa “Zendensino”. Comparando este relatório com o Relatório e Contas da Câmara Municipal do mesmo período de tempo, verificamos que, entre um e outro, desapareceu a referência ao contributo daquela cooperativa para a dívida municipal que era, no relatório camarário, de mais de 260 mil euros (página 4).*

*Assim, independentemente da interpretação que seja dada à Lei das Finanças Locais no sentido de obrigar, ou não, ao registo desse contributo para a dívida no relatório de consolidação de contas, perguntamos:*

*Quais são as responsabilidades financeiras efetivas do Município na cooperativa Zendensino? E, qual é o papel que o Município, diretamente ou através dos seus representantes, tem na gestão dessa cooperativa?*

*Com todas estas dúvidas sobre as contas consolidadas sobre do Grupo Público Municipal o nosso voto será a abstenção.”*

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que relativamente a 95% do que foi dito já respondi na minha intervenção, já foi mais do que explicado o porquê da apresentação dos resultados negativos por parte da empresa.

Quanto à Zendensino, o que acontece é que tem a ver com regras contabilísticas, é preciso que se perceba que este tipo de apresentação não é um relatório ainda objetivo, porque as regras contabilísticas que estão subjacentes à atividade do município não são as mesmas que estão subjacentes à atividade das empresas e há determinados aspetos que não permitem uma leitura o mais correta possível.

Quanto à Zendensino, importa dizer que todos sabem que financiamentos que vêm para instituições como esta são muito demorados, chegam a estar 6 meses à espera, o que leva a que a escola não possa pagar os salários aos seus funcionários. Para colmatar esta situação fizeram uma conta caucionada e quando receberem o dinheiro liquidam, acontece que na transição do ano a conta está ativa.

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE REFERENTE AO ANO DE 2014, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 76º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. -----**

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, 2 membros Independentes, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP, 2 membros do Grupo Político do PS num total de 23. Abstiveram-se 5 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político do PCP, num total de 6.-----

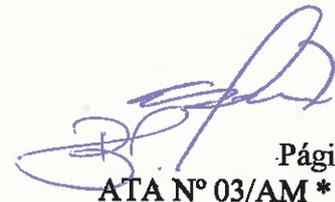
**02.02. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO 79º DO DL 380/99, DE 22 DE SETEMBRO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de junho de 2015, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Antes do assunto ser proposto a votação usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que, é com enorme satisfação que trago um documento destes e tenho a certeza de que vai mesmo ser aprovada a Revisão do PDM que já dura desde 2002.

Não é o fim de nada, terminamos um processo e será o início de muitas outras coisas.

Obviamente que foi um processo difícil de gerir, implicou muitos contactos, muitas reuniões, muitas chatices associadas.



A verdade é que contra ventos e marés conseguimos resolver o problema e temos hoje um documento, com partes já aprovadas há algum tempo, nas quais foi possível mexer.

Aproveito a oportunidade para agradecer o empenho e dedicação de todos os que colaboraram neste processo e tenho que referir a Dr.<sup>a</sup> Cristina Guimarães e a Eng. Manuela, que eram as pessoas responsáveis na Comissão de Coordenação pelo processo de Esposende, e que tiveram total abertura para nos receber e resolver as questões que fomos apresentando.

Quanto ao plano não vou falar sobre ele pois vocês conhecem-no, fizemos sessões de esclarecimentos para explicar as dúvidas existentes.

Referir também que é muito importante a aprovação deste plano, uma vez que em breve vamos ter novas regras e alterações em vários planos, nomeadamente o plano de ordenamento do território.

Nos próximos três anos vamos ter que incorporar essas alterações, que vêm no sentido de facilitar os processos. A ideia é ter um único plano e não vários, planos como temos na atualidade.

De seguida usou da palavra o senhor membro municipal João Felgueiras, do Grupo Político do PS, com o seguinte teor:

*“Hoje, será porventura a Assembleia Municipal mais marcante de há uns anos a esta parte. Finalmente e após mais de dez anos de revisões, o Plano Diretor Municipal verá a “luz do dia”, depois de ratificado por esta Assembleia.*

*É caso para dizer: Finalmente!!!*

*Finalmente, um dos documentos mais estruturantes para o desenvolvimento do município está pronto; foi revisto e actualizado e pode agora ser colocado a votação. Convenhamos que é um passo de gigante para uma estratégia que, estamos em crer, venha a dar frutos no futuro.*

*Todavia o PDM, por si só, não valerá toda esta estratégia, pois, apesar de existirem aspectos que não podemos deixar de realçar como relevantes para o desenvolvimento do Concelho, outros há, no referido documento, que nos merecem reservas.*

*A primeira nota negativa tem a ver com o processo de revisão propriamente dito.*

*Não foram só os anos de espera em que tudo foi andando ao ritmo dos gabinetes e das entidades públicas com intervenção no ordenamento do território; e era bom apurar porque é que levou tanto tempo quando, noutros municípios, tudo foi muito mais rápido.*

*Quando a proposta foi apresentada, foi-o já sobre uma forma definitiva, insuscetível de discussão quanto às opções de base. Nos últimos anos, nunca foi promovido, como deveria, um debate sério e participado sobre a revisão do PDM de Esposende.*

*Aliás, basta consultar as atas da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal para concluir que, até à apresentação desta proposta de revisão, no outono passado, a revisão do PDM, durante todo esse processo, só foi discutida ou porque a oposição perguntou por ele, ou porque essa mesma oposição se insurgiu contra os repetidos adiamentos e a falha dos prazos de conclusão que foram sucessivamente anunciados.*

*Perdeu-se, assim, uma excelente oportunidade de conseguir um processo verdadeiramente participado e informado que, temos a certeza, teria valorizado esta proposta de revisão.*

*É uma pena que este “pecado original” tenha inquinado o início formal deste processo de revisão e que esta maioria, e as que a antecederam, tenham preferido não consultar a*

*população, não consultar as outras forças políticas legitimamente representadas nos órgãos autárquicos e, por essa razão, tenha desprezado os contributos válidos que um processo mais participado inevitavelmente traria.*

*Cada um tirará deste facto as suas conclusões. Da nossa parte lamentamos esta escolha do PSD, que é bem definidora de uma certa forma de exercer o poder.*

*E não venham dizer que o procedimento de discussão pública foi muito participado e que muitas propostas de alteração foram acolhidas nessa fase, para defender que se tratou de um processo que envolveu a população e as forças vivas do concelho.*

*Não é disso que se trata. O ponto aqui é muito claro: antes da finalização da proposta de revisão deveria ter sido promovido um debate muito amplo sobre o que é que queremos para o futuro do nosso território. E esse debate nunca foi promovido por quem tinha essa obrigação.*

*É tão simples quanto isto: todos sabemos que depois de apresentada uma proposta de revisão de um PDM, a Lei não permite alterações substanciais. Apenas permite alterações de pormenor. E portanto, não nos venham dizer que o processo foi participado. Só o foi depois de fechado o essencial sobre a revisão do PDM e quando já não havia condições para mudar nada de importante.*

*Sr. Presidente desta Assembleia,  
Minhas senhoras, meus senhores,*

*Outra das dimensões desta proposta de plano que mais nos preocupa diz respeito às áreas reservadas para implantação de atividades industriais.*

*Como é do conhecimento geral, e decorre do PDM ainda em vigor, as zonas industriais não esgotaram a sua capacidade, longe disso.*

*Ora, esta proposta alarga consideravelmente a rebatizada área de atividades económicas contígua à cidade de Esposende, avançando sobre terrenos agrícolas e aproxima-a da zona de expansão natural deste aglomerado habitacional.*

*Esta opção, que admitimos que possa ter vantagens - embora tenhamos uma "floresta de pavilhões" às portas da cidade - exige que à provável aprovação da proposta de revisão do PDM se siga, rapidamente, a aprovação de planos de pormenor, ou de outro tipo, que salvaguardem a harmonia ambiental, arquitetónica e paisagística deste espaço.*

*A este respeito, é essencial que sejam respondidas, de viva voz, as seguintes questões que a proposta de regulamento não esclarece completamente:*

- Que tipo de indústrias se pretendem permitir?*
- Existe algum plano para a implementação de algum tipo de cluster industrial?*
- Será feita uma implementação industrial Ad hoc?*

*É que, só a resposta a estas questões nos permitirá vislumbrar a estratégia - se é que ela existe - para o desenvolvimento socioeconómico desta parte do concelho.*

*Uma questão queremos deixar bem clara, não será com a colaboração deste Grupo Político, que as designadas zonas industriais serão convertidas, num futuro mais ou menos próximo, em zonas de atividade económica predominantemente comercial, como já acontece nalguns locais, deslocalizando o comércio das zonas centrais das freguesias e desertificando os centros urbanos.*

*Para além disso, o desordenamento dessas áreas também nos preocupa, porque não queremos ser como alguns concelhos vizinhos em que a zona industrial - depois de redirecionada para zona de atividade económica - alberga de tudo, desde armazéns até indústrias com tecnologia de ponta...*

*Para um desenvolvimento sustentável que atraia investidores é necessário dotar as zonas industriais de bons acessos critério que também é aplicável às zonas habitacionais, para que quem cá trabalha também possa cá viver.*

*Desse ponto de vista, esta proposta merece-nos alguma reserva quanto à manutenção de índices de construção elevados em algumas zonas rurais, o que favorece alguma sobrecarga nos usos desses locais e propicia a dispersão de edificações de usos múltiplos, matéria que nos leva, novamente, à questão do desordenamento desses espaços e aos inerentes custos indiretos de ocupação e manutenção de uma rede de infraestruturas muito cara.*

*Além disto, esses índices de construção elevados promovem, inevitavelmente, a ocupação de solos aráveis ou de usos florestais, com custos ambientais e sociais que, de acordo com o conhecimento científico, põem em causa a sustentabilidade do território a longo prazo.*

*Sr. Presidente desta Assembleia,*

*Minhas senhoras, meus senhores,*

*A envergadura deste documento, a sua especificidade técnica e o seu cariz estruturante poderiam ser longamente dissecados e discutidos.*

*Não é este o tempo de o fazer porque estamos constrangidos a uma votação e a um debate necessariamente sucintos.*

*Começamos por lamentar a falta de debate prévio à apresentação de uma proposta final de revisão e creio que não serei injusto se disser que a esta Assembleia Municipal não foi reconhecido o papel que lhe competia nesse debate.*

*Mas, o que lá vai, lá vai... e não vale a pena insistir neste protesto que nos envergonha a todos e agora temos que decidir se aprovamos, ou não, esta proposta.*

*Numa análise geral, ponderando a proposta na sua globalidade, encontramos muitas propostas que merecem a nossa concordância.*

*Entre elas, destacamos a definição de algumas vias estruturantes que nos parecem essenciais para um desenvolvimento harmonioso deste território e só fazemos votos para que se construam o mais rapidamente possível.*

*Por outro lado, vemos com bons olhos a preocupação manifestada na preservação de alguns espaços que tornam o nosso concelho um "Privilégio da Natureza" com especial destaque para as áreas integradas no Parque Natural do Litoral Norte, nas quais se inclui o previsto Parque da Cidade e a restinga da Foz do Rio Cávado.*

*Essa preocupação, que reflete a luta de muitos que, durante muito tempo, demasiado tempo, foram vozes mal compreendidas, dará a oportunidade às gerações vindouras de usufruir de espaços únicos, com uma beleza natural impar e que devem ser aproveitados para catapultar o nosso turismo para um patamar superior.*

*É uma vitória sobre a "lógica do betão" que devemos valorizar e que, felizmente, vai fazendo o seu caminho neste concelho.*

*Um último aspeto que queremos referir – para não alongar excessivamente esta intervenção – é a opção pela permissão de usos e ocupação de solo suficientemente diversificados para que o nosso modelo de desenvolvimento se faça em várias vertentes.*

*Esta escolha, a nosso ver, é a mais correta e está em linha com as melhores práticas nesta matéria: não podemos ficar dependentes exclusivamente do turismo, da pesca, da agricultura ou da indústria. Temos que ter, na medida das nossas possibilidades, uma oferta de "A" a "Z". Só assim teremos um desenvolvimento harmonioso.*

*Sr. Presidente desta Assembleia,*

*Sr. Presidente da Câmara,*

*Minhas senhoras, meus senhores,*

*Ponderadas todas as dimensões deste projeto de revisão do Plano Diretor Municipal de Esposende, o Grupo Político do Partido Socialista decidiu votar favoravelmente esta proposta. Fazemo-lo, não porque subscrevemos integralmente as soluções apresentadas, mas porque entendemos que os aspetos positivos, e entre eles o fim deste processo, são mais importantes do que os aspetos eventualmente negativos.*

*Isto não significa que não tenhamos, a partir daqui, uma postura crítica relativamente ao desenvolvimento urbanístico deste concelho, desde logo exigindo – o que fazemos desde já – que o trabalho de planificação continue no sentido de assegurar que os planos de pormenor, unidades operativas e afins vejam a luz do dia tão cedo quanto possível.*

De seguida usou da palavra o senhor membro municipal Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, com o seguinte teor:

*“Antes de abordar, em concreto, a proposta de revisão do PDM, emerge referir três notas, a saber:*

- i) A anterior intervenção do Sr. Presidente da Câmara, ao referir aqueles que trabalharam no PDM, agradecendo a sua ação e os seus contributos, faz-me lembrar o Grande Poeta e Dramaturgo Comunista, Bertold Brecht, quando no poema “perguntas a um operário letrado”, escreveu: “Quem construiu Tebas, a das sete portas? Nos livros vem o nome dos reis, mas foram os reis que transportaram as pedras?” Adaptando, digo: foram os obreiros que arrastaram as pedras. Sim, os obreiros, sempre os obreiros, os indispensáveis para fazer a obra, os obreiros que amassam o fermento e a farinha para que a obra nasça. Obreiros, trabalhadores, incluindo os trabalhadores intelectuais, como o Eng.º Vitor Leite e outros. Por isso, fica-lhe bem Sr. Presidente falar nos que fazem, nos que amassam e trabalham as coisas, fica-lhe bem falar nos trabalhadores e, se não leu o Poeta e Dramaturgo Bertold Brecht, não perca a oportunidade. Leia os seus poemas e faça bom uso.*
- ii) a comissão política de Esposende do Partido Socialista, através de uma primeira nota de imprensa, tomou uma posição muito cáustica sobre esta proposta do PDM. Mais tarde, concretamente no dia 16 de janeiro de 2015, o PS de Esposende, igualmente através de uma nota de imprensa, reitera a sua posição inicial, afirmando que tem razão o PS de Esposende ao estar contra a proposta de revisão do PDM, porque a mesma não serve e é contrária aos interesses do concelho”. Ora, nada de significativo, nada de relevante se alterou desde a proposta apresentada antes da discussão pública para esta proposta do PDM que agora nos é apresentada após a discussão pública. No entanto, vemos que João Nunes, Vereador do PS na Câmara Municipal de Esposende, votou a favor desta proposta de PDM. Do mesmo modo, os deputados do PS com assento nesta Assembleia Municipal, e tal como se extrai da intervenção que sobre o assunto acaba de ser feita, votarão a favor da mesma proposta de PDM. De tudo resulta uma clara dissonância entre a posição da direção concelhia do PS e a posição dos seus eleitos na Câmara e Assembleia Municipal. Afinal qual é a posição do PS sobre a proposta de PDM?*
- iii) numa das sessões desta Assembleia ouvimos o Deputado do CDS-PP, Artur Viana, a afirmar que era necessário todos participarem na discussão pública sobre o PDM e que o*

*CDS-PP daria os seus contributos sobre o assunto. Bem prega Frei Tomás. É que o CDS-PP e também o PSD pautaram a sua ação pelo silêncio total, tal como resulta do relatório de Ponderação/apreciação elaborado pela Equipa do PDM e pela Câmara Municipal. Omissão lamentável, mais ainda quando, como vimos, o Deputado do CDS-PP afirmou que daria o seu contributo. É importante que se diga, agora e aqui, que só o PCP e o PS participaram na discussão pública desta proposta de PDM, apresentando as suas críticas e apontando sugestões.*

*Sr. Presidente,*

*É preciso repristinar a história para compreendermos as opções do presente. Por isso, nesta discussão sobre a proposta de PDM, emerge falar, em jeito de enquadramento e para uma perceção cabal das posições do PCP, do PDM de 1993, aprovado em 1994.*

*Assim, refiro que as regras atinentes à gestão e ocupação dos solos no nosso concelho, plasmadas, no fundamental, no PDM aprovado em 1993 e sucessivas alterações, foram fruto de escolhas e opções políticas erradas.*

*O PDM aprovado em 1993, tal como o PCP, então, denunciou, constituiu um instrumento de planeamento municipal legitimador da destruição do património paisagístico, natural e ambiental do concelho de Esposende. Estribada nesse PDM, a especulação imobiliária cresceu em roda livre e medraram os interesses a ela associados. De tudo resultou, irremediavelmente, a destruição do Pinhal e das paleodunas de Ofir, a destruição de parte significativa das zonas contíguas à praia de Apúlia, a destruição das zonas naturais (Pinhal) em Cepães – Marinhas. Esposende assistiu, em resultado de uma clara opção política vazada no PDM de 1993, a um período de verdadeira ditadura do betão. As construções na faixa litoral do nosso concelho cresceram a esmo. Daqui resultou a impermeabilização de solos, a descontrolada pressão humana sobre as zonas dunares ou confinantes com as mesmas, a pressão e aumento do tráfego automóvel. E não fosse a existência de outros instrumentos/planos de ordenamento (POOC, REN, RAN, PO da APPLE, POPNLN, etc.) que, apesar de tudo, nalgumas situações, serviram de travão à voragem destruidora que se abateu sobre o nosso concelho, então hoje estaríamos a falar da completa destruição de todas as zonas de elevado valor ecológico e ambiental. (recorde-se, por ex: o projeto de urbanização projetado para a restinga de Ofir que, graças a muita luta e à existência do POOC, não avançou).*

*Tratou-se de opções urbanísticas que tiveram consequências: uns (poucos) - os especuladores imobiliários e os negócios a estes associados - ganharam muito. Outros perderam. Perdeu a população em geral que viu subtraídos à fruição pública zonas de lazer e espaços nobres de elevado valor ambiental.*

*Importa ainda salientar que o PDM aprovado em 1993 não definia um quadro estratégico de desenvolvimento. O PCP, na altura, e sucessivamente, chamou a atenção para estas lacunas, propondo, sempre, medidas orientadas para debelar as mesmas, as quais nunca foram aceites. Lembra-se aqui que o PCP foi o único Partido político que participou na discussão pública do PDM de 1993.*

*Esta abordagem histórica assume particular importância, porquanto, excepcionando alguns comandos legais que não podem ser violados, a filosofia, conceções e princípios orientadores do PDM que ora discutimos são os mesmos que nortearam a conceção e implementação do PDM de 1993.*

*Sr. Presidente,*

*A proposta de revisão do PDM em apreço deveria resultar de um processo de avaliação, amplamente participado, da aplicação/operacionalização do anterior PDM, que permitisse identificar os seus aspetos positivos, mas também os seus pontos fracos, os erros e desmandos que o mesmo legitimou. Essa avaliação não foi feita, omissão que constitui uma fragilidade original desta proposta.*

*Para o PCP, o PDM deverá constituir um verdadeiro instrumento, no quadro de um planeamento integrado, assente em vetores fundamentais, quais sejam a sustentabilidade de políticas ambientais, sociais e económicas e a efetiva integração de todos os níveis de planeamento municipal. Só desta forma é possível traçar um rumo e definir uma visão e um sentido estratégico.*

*O que não se verifica nos documentos em apreciação. Ao invés, mantêm-se, no fundamental, os mesmos quadros conceituais do anterior PDM, tudo numa linha de continuidade. O casuísmo, isto é, a definição de medidas tendentes a solucionar problemas concretos com reduzido impacto no todo concelhio, emerge como o traço distintivo desta proposta de revisão, tal como adiante melhor se explicitará.*

*Atentos ao Regulamento e demais elementos que constituem o Plano, continuamos a afirmar que não se observam eixos estruturantes que consubstanciem uma visão estratégica para o concelho.*

*O n.º 3.º do art.º 54.º do Regulamento constitui um exemplo da falta de rasgo e visão estratégica. Efetivamente, é proposta a coexistência, nos mesmos espaços, de superfícies comerciais, unidades hoteleiras, unidades de restauração e bebidas, locais de diversão ou equipamentos, desde que se considere que tal é compatível com a vizinhança de unidades industriais. O que a merecer vencimento abrirá caminho para um verdadeiro caos no que concerne à localização e funcionamento das unidades industriais, comerciais e outras. Não existe uma clara opção por segregar, como deve ser feito, os espaços destinados, quer à instalação de unidades industriais, quer de superfícies de armazenamento/comerciais. Também não se vislumbra um quadro orientador quanto à tipologia de indústrias / atividades económicas necessárias para o desenvolvimento do concelho de Esposende.*

*O mar, enquanto recurso estratégico de grande valia, é completamente olvidado, mesmo no plano das atividades industriais a ele associadas.*

*No que concerne à Estrutura Ecológica Urbana, nada é referido quanto à criação de hortas urbanas.*

*Em cada verão que passa é sempre visível a pressão automobilística sobre o nosso concelho e, especialmente, sobre as zonas mais litorais do mesmo. Trata-se de um verdadeiro problema que coloca em causa a qualidade de vida dos que, em permanência, cá residem, bem assim das gentes que demandam Esposende. Ora, se este é um problema estrutural há muito sinalizado, porque não contempla o PDM medidas tendentes à sua resolução, ainda que as mesmas mereçam uma abordagem mais focada num plano específico que, para o efeito, venha a ser concebido? Trata-se, pois, de matérias que se prendem com a rede viária concelhia, com a gestão das redes de tráfego, com a criação de zonas/parques de estacionamento em locais do concelho afastados das zonas de maior pressão (praias) e a deslocação, a partir destes parques, em transportes coletivos (ida e volta), organizados para o efeito, das pessoas para tais zonas.*

*As construções com 5 pisos na subzona da área central principal situada a nascente da atual EN13, colocará, irremediavelmente, em causa, a harmonia, em termos de construção em altura, que tem constituído um traço identitário de Esposende. Em nosso entender não se justifica a construção de edifícios com 5 pisos.*

*A Unidade Territorial da Frente Oceânica de Fão e Apúlia consta desta proposta através de uma formulação vaga e genérica. Efetivamente, não é apresentado qualquer elemento que concretize a intencionalidade subjacente a esta medida.*

*Nada é referido quanto a medidas de requalificação urbanística, fundamentadas na revitalização das zonas urbanas históricas.*

*No que concerne às áreas suscetíveis a perigos naturais e mistos, não está referido o risco/perigo de movimentos de massas em vertentes, atenta à configuração do território do concelho, concretamente em toda a arriba fóssil e zonas limítrofes desta.*

*Do mesmo modo, não estão devidamente sinalizadas as zonas de risco/perigo de contaminação de aquíferos e degradação contaminação de solos e águas superficiais.*

*Constata-se uma completa omissão acerca da existência de poços “a céu aberto” numa significativa mancha territorial do concelho (Mar, Belinho, Antas) e de medidas/disposições tendentes a solucionar este problema que coloca em causa a segurança das pessoas.*

*Por isso, propusemos no âmbito da discussão pública:*

- i. a definição de eixos estruturantes que consubstanciem uma visão estratégica para o desenvolvimento integrado e sustentado do concelho de Esposende.*
- ii. que se definam as áreas-força em termos de desenvolvimento económico. Que indústrias se devem instalar no concelho? Indústrias transformadoras/pesadas? Indústrias de natureza mais tecnológica? Indústrias transformadoras ligadas ao setor primário das pescas? Avançar com projetos de agro-indústria ligados à transformação de produtos produzidos no concelho? Temos escala para o efeito? Que atividades agropecuárias? E quanto à pesca, continuar na situação atual? Avançar com planos e estratégias de desenvolvimento da atividade piscatória? Que conexões estabelecer, no plano do desenvolvimento económico entre estes setores? E quanto ao comércio, que estratégias de desenvolvimento? Ora, tudo isto implica uma definição muito precisa quanto à gestão do território, tudo numa perspetiva integrada e sustentada.*
- iii. a definição de usos e ocupações do solo específicos para a indústria, com espaços devidamente infraestruturados e articulados com a rede viária, no respeito pelas zonas de sensibilidade ecológica e ambiental, e que não conflituem com zonas urbanas residenciais.*
- iv. que se definam zonas específicas para o armazenamento/comércio grossista, estabelecimentos comerciais de grande/média e pequena dimensão.*
- v. a criação de zonas industriais específicas em consonância com as atividades a desenvolver/explorar.*
- vi. uma clara segmentação/separação das zonas industriais das zonas comerciais, evitando o caos que já se verifica, por exemplo, na atual zona industrial do Bouro.*
- vii. que as Estruturas ecológicas urbanas contemplem Hortas Urbanas.*
- viii. que o PDM contemple diretrizes/medidas tendentes à localização de parques de estacionamento em zonas do concelho, evitando, assim, na época de verão, junto às faixas mais litorais do concelho, o aumento de tráfego automóvel e todo o caos de trânsito, tudo articulado com a rede viária concelhia e a deslocação em transportes coletivos, organizados para o efeito, das pessoas para as zonas balneares.*

- ix. *que se estabeleça que as construções na subzona da área central principal situada a nascente da atual EN13, não devem ter mais do que 3 pisos acima do solo.*
- x. *que se estabeleçam medidas de requalificação urbanística, fundamentadas na revitalização das zonas urbanas históricas de Apúlia, Fão e Esposende e Forjães.*
  - i. *que se considerem, enquanto medidas de proteção, as áreas suscetíveis a perigos naturais e mistos, nomeadamente o risco/perigo de movimentos de massas em vertentes, atenta a configuração do território do concelho, desde logo, a arriba fósil e zonas contíguas.*
  - ii. *que se definam as zonas de risco/perigo de contaminação de aquíferos e degradação contaminação de solos e águas superficiais.*

*Feita a leitura e análise do relatório de Ponderação da Discussão Pública, constatamos que nenhuma proposta do PCP foi acolhida, tudo estribado na tese de que o PDM não é “um plano de desenvolvimento, mas sim um plano de índole territorial, cuja função é plasmar as opções de organização e estruturação do território do Concelho e as bases da estratégia de concretização destas. Assim, não é nem deve ser objetivo do PDM estabelecer opções e políticas para todos os domínios da intervenção municipal, nem deve ser ele a definir ao pormenor e fixar à cabeça, de uma vez por todas, a configuração das ações e intervenções a levar a cabo no território.”*

*Com o devido respeito, esta é a posição da Câmara e da Equipa responsável pela elaboração do Plano, de resto argumentos já aduzidos aquando da discussão pública do 1.º PDM, tese que não corresponde à nossa posição/entendimento sobre a matéria. Para o PCP, o PDM deve ser um instrumento que vá muito para além da simples regulamentação do uso do solo.*

*O documento ora em análise não corresponde a este desafio. Perdeu-se, assim, a oportunidade de elaborar um PDM que corresponda às exigências da contemporaneidade e aos desafios que se colocam ao nosso concelho. Esta proposta de PDM não constitui a alavanca necessária para colocar o concelho de Esposende na rota do desenvolvimento. Por isso, o PCP votará contra esta proposta de PDM.*

*Na réplica à resposta do Sr. Presidente da Câmara, referi:*

*Sr. Presidente, o PDM não é só o Regulamento. Outros documentos corporizam o PDM, como sabe. Por isso, quando desentranha da minha intervenção a referência aos poços a céu aberto em Mar e Belinho, está a desfocar do essencial e a fazer uma leitura truncada do que referi. O problema é que neste PDM não há uma circunstanciada caracterização destes e de outros aspetos. O mesmo se diga das tais árvores de fruto que, em jeito de ironia, referiu na sua resposta. Por que não referir essas árvores se, no âmbito de uma caracterização dos valores ecológicos, naturais e paisagísticos se constatasse que havia um conjunto arbóreo digno de proteção? O PDM sendo um instrumento de planeamento e uso do solo, não pode circunscrever-se, de forma estrita, a esta sua função. Deve, ser um instrumento ao serviço do desenvolvimento e o uso do solo deve estar de acordo com essa estratégia de desenvolvimento. O que não acontece. Os Srs. apresentam um PDM que vem legalizar o caos em termos de planeamento. Vem dizer: já que existem espaços comerciais em zonas industriais, então contemple-se esta anarquia no PDM. Ora, isto é falta de rasgo, de visão e sentido estratégico. Por isso, reitero que este PDM herda os pecados do PDM de 1993. Não esquecer que este PDM veio legitimar, legalizar a destruição das nossas zonas mais litorais. Ao abrigo e de acordo com as normas do anterior PDM destruiu-se o Pinhal de Ofir, destruiu-se o Pinhal*

*Careca, O Pinhal da Redonda e outras zonas verdes e arbóreas de rara beleza. Foi um PDM ao serviço da especulação imobiliária contra os interesses do concelho. Esta é a realidade nua e crua que os Srs. não querem ouvir.”*

De seguida usou da palavra o senhor membro municipal Artur Viana, do Grupo Político do CDS/PP, com o seguinte teor:

Relativamente ao PDM é importante salientar um aspeto importante, foi referido que este plano teve apenas contributo de dois partidos, não considero que teve contributo apenas de dois partidos, acima de tudo considero que teve políticas específicas de três partidos, sendo umas mais críticas e outras mais construtivas. Não temos que nos opor quando as coisas estão bem feitas, apenas orientá-las.

Estive presente nas discussões públicas e solicitei esclarecimentos sobre matérias que considere importantes.

Considero que é um documento que, passaram mais de 20 anos desde a aprovação do último documento, sendo que mais de 10 anos foram de discussão. Já o nosso Paco Bandeira dizia: *“10 Anos é muito tempo!”*

Quero louvar todos aqueles que contribuíram para este documento em especial a pessoa do Arq. Benjamim Pereira, que teve total empenho e dedicação, não apenas neste mandato, mas no anterior.

Temos uma proposta de trabalho, desenvolvimento, que tem aspetos que podiam ser melhorado, mas no geral é muito bom. No entanto, não se vai agradar a todos.

Espero que este documento vá facilitar os processos e chamar indústria para Esposende, criando postos de trabalho.

De seguida usou da palavra o senhor Presidente Câmara Municipal referindo que compreende que para uma nova geração de políticos seja complicado tomar decisões, este processo tem cerca de 12 anos e obviamente houve muitos passos de discussão que foram feitos ao longo dos anos. Não é verdade que não houve discussão, acontece é que os atores políticos é que não são os mesmos. Não é a Câmara que gere o processo do PDM, é a Comissão de Coordenação em articulação com diversas entidades.

Tivemos muita participação na fase de discussão pública, no entanto muitas propostas dadas, foram acolhidas e já outas, não cabem num Plano Diretor Municipal. Tudo o que seja limitativo é preciso ter cuidado, nas zonas industriais não podemos dizer que é apenas industrial, porque muito do que está de comercial na zona industrial, se não fosse permitido não estava na cidade, estaria noutras localidades.

Acontece que quanto mais movimentos tivermos nas zonas industriais, mais dinâmica temos e mais pessoas trazemos à cidade. A zona industrial é organizada. Alargar a zona industrial é vantajoso para o concelho, aumentam o valor dos terrenos, a procura de empresas para fixar a sua indústria no nosso concelho. O que foi feito foi em prol do que achamos melhor para o concelho.

Relativamente aos índices de construção, não acredito que o Partido Socialista queira reduzir os índices de construção nas freguesias, seriam muito mau para vocês. Os índices não aumentaram, houve apenas um reajuste.

Respondendo ao deputado Manuel Carvoeiro, dizer que tenho o maior respeito pelos trabalhadores.

O processo é muito longo e não sei o que disse há vinte anos, dizer que o PDM destruiu tudo, não corresponde à realidade, o PDM pelo contrário veio regular. Do ponto de vista urbanístico temos o melhor município do país.

Relativamente às palavras do deputado Artur Viana, agradecer as suas palavras e dizer que fiz aquilo que tinha que fazer e aproveitei para apresentar um pedido de desculpas, aquelas pessoas que aguardaram imensos anos pela revisão do PDM.

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A VERSÃO FINAL DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESPOSENDE, BEM COMO OS DOCUMENTOS ANEXOS, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO 79º DO DL 380/99, DE 22 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.**

Votaram a favor 17 membros do Grupo Político PSD, 2 membros Independentes, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP, 7 membros do Grupo Político do PS num total de 28. Votou contra 1 membros Grupo Político do PCP. -----

Foi proferida uma declaração de voto, pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

*“Ao fim de 10 anos certamente de muitos avanços e recuos, de muitas incompreensões e discussões, depois de burilar muitos aspetos fundamentais para o nosso concelho, eis que vemos a versão definitiva do PDM de Esposende. Todos temos consciência que foi um percurso difícil, envolvendo muitas entidades, mas estamos certos que a solução final, para além de ser a consensual, é a que melhor convém ao nosso Município.*

*Estamos perante um documento programático importantíssimo e que vem, de certeza, ao encontro das expectativas dos nossos munícipes e, também, um instrumento de gestão valioso para todos aqueles, e esperamos que sejam muitos, que queiram e escolham Esposende para investir.*

*Apetece-me, agora e aqui, parafrasear o Senhor Vereador do Partido Socialista no Executivo Municipal quando diz que estamos perante um documento “suficientemente interessante e equilibrado”.*

*Por todas estas razões o Grupo Político do PSD não poderia deixar de votar favoravelmente a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Esposende.*

### **02.03. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE MARÇO 2015 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de março de 2015, nos termos do ponto 4 do artigo 4º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----**

### **02.04. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE ABRIL 2015 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de maio de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de abril de 2015, nos termos do ponto 4 do artigo 4º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**02.05. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE MAIO 2015 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de junho de 2015, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de maio de 2015, nos termos do ponto 4 do artigo 4º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**02.06. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de abril de 2015, foi presente na sessão, para apreciação, o Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Antas, no âmbito do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**02.07. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de junho de 2015, foi presente na sessão, para apreciação, o Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Esposende, Marinhas e Gandra, no âmbito do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**02.08. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE**

**FREGUESIA DE FORJÃES, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de junho de 2015, foi presente na sessão, para apreciação, o Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Forjães, no âmbito do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----**

**02.09. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE CELEBRAR CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LÍQUIDAS, NO ÂMBITO DE CANDIDATURA APROVADA PELO POVT 12-0765-FCOES-000028, DE ACORDO COM A ALÍNEA H) DO ARTIGO 4º E DO N.º 7 DO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO ESPECÍFICO “ENERGIAS RENOVÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA”, NA REDAÇÃO DA CMC POVT DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014, E NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3º E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º, DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. -----**

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 18 de junho de 2015 solicita à Assembleia Municipal autorização prévia, a proposta de adjudicação e minuta de contrato relativo ao “Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas”. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, A PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. ----**

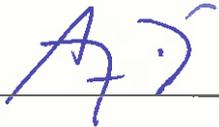
**03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado inscrições.

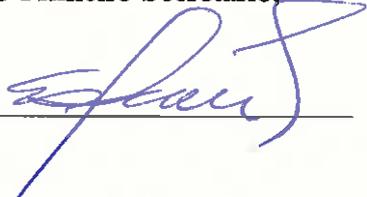
-- Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo uma hora e dez minutos do dia 27 de junho, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

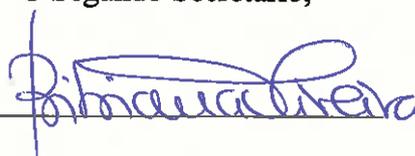
O Presidente da Assembleia,

  
\_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário,

  
\_\_\_\_\_

O Segundo Secretário,

  
\_\_\_\_\_

**ATA**

**N.º 03/2015**

**SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em  
26 de junho de 2015**